



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA MACRO SÃO PAULO DEMACRO  
DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA DE GUARULHOS  
DELEGACIA DE INVESTIGAÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE-DICMA  
PRODUTOS CONTROLADOS GUARULHOS  
Rua Itaverava, 48 – 6º andar – Guarulhos/SP – Cep 07111-040

ANO DE 2.024



N.º 0311

**LICENÇA PARA USO DE PRODUTOS QUÍMICOS CONTROLADOS**  
**FINS INDUSTRIAIS**


A firma VIASERV SINALIZAÇÃO LTDA, inscrita no C.N.P.J. sob nº 01.479.372/0001-05, estabelecida à RUA VARGAS, 206, no bairro CID. IND. SATELITE DE SP, no município de GUARULHOS, Estado de São Paulo, pelo seu representante legal, o(a) Sr(a) CLAUDIO DA SILVA, de acordo com o que requereu, tendo pago os emolumentos estipulados por lei, tem permissão dessa Delegacia para funcionar no corrente exercício, sujeitando-se às disposições da Lei Estadual 15.266 de 20 de dezembro de 2013, do Decreto Estadual n.º 6.911, de 19 de janeiro de 1.935 e Decreto Federal nº 1.030 de 30 de setembro de 2019, e demais normas inerentes em vigor.

**ESTA LICENÇA É VÁLIDA ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2.024.**

Guarulhos, 09 de fevereiro de 2024.

  
Andréa C. S. Silva  




  
JEAN CERRI CASSO  
DELEGADO DE POLÍCIA

**IMPORTANTE:**

- 1) Observar e cumprir rigorosamente o disposto do Decreto Estadual 6.911/35 e no Decreto Federal 1030/19, e legislação correlata.
- 2) Comunicar imediatamente ao Órgão fiscalizador quando houver qualquer alteração da razão social, dados cadastrais, local vistoriador, encerramento das atividades com produtos controlados ou qualquer outro evento de relevância.
- 3) Essa licença é válida para produtos químicos controlados da Polícia Civil – DOE de 09/08/03 e que estejam relacionados "Certificado de Vistoria" do Produtos Químicos Controlados de Guarulhos. Para produtos controlados e fiscalizados pelo Exército Brasileiro e pelo Departamento da Polícia Federal, os licenciamentos deverão ser providenciados, conforme a legislação em vigor, nos referidos órgãos públicos.
- 4) O presente alvará deverá ser renovado até o último dia útil do mês de fevereiro do exercício seguinte, conforme artigo 10 da lei estadual 15.266 de 20/12/2013.